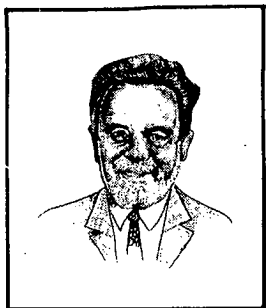


Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



O dinheiro da saúde

O ministro Marcos Vilela, presidente do Tribunal de Contas da União, acordou ontem de madrugada para ir ao "Bom-dia Brasil" dizer que há ainda um imenso desperdício de recursos públicos na área da saúde.

O ministro Jatene, que reconhece e combate o desperdício, chega, esta semana, ao ponto crucial de sua campanha para instituir a Contribuição Financeira para a Saúde, uma versão renovada do imposto sobre cheques. Quer conseguir dinheiro para saldar as dívidas de seu ministério e implantar, finalmente, o Sistema Unificado de Saúde no país inteiro.

O Diretório Nacional do PT, reunido em Brasília durante o fim de semana, chegou a duas conclusões:

1. Os seus deputados estaduais no Rio de Janeiro devem aprovar as contas do último ano do Governo de Leonel Brizola. Os petistas fluminenses eram contra esta aprovação de uma administração que acusaram de corrupta em prosa e verso, especialmente na área da saúde, entregue pelo indigitado governante aos deputados Luiz Orlando Cadorna, que foi seu secretário de Saúde, e José Nader. Não custa, Cadorna e Nader poderão ser promovidos pelos petistas nacionais a modelos de honradez e probidade, sem que os correligionários estaduais digam nada; e

2. negar recursos ao ministro Jatene, embora ele se comprometa a aplicar segundo as regras de um contrato de gestão passado com o Congresso, ou seja, com a sociedade. Nader sim, Jatene não, deve ser o novo lema da política de saúde do PT.

O ministro José Serra mandou estudar as razões do brutal aumento das despesas com saúde nos últimos 12 meses. O principal motivo que descobriram foi o aumento dos remédios e de insumos médicos, muito acima da inflação. Serra passou a apoiar, relutante, a proposta de Jatene. O ministro Jatene, que cujos técnicos já conseguiram detectar mais de 150 mil Autorizações de Internamento Hospitalar falsas, as famosas AIHs, inclusive em hospitais pertencentes ao deputado Roland Lavigne (PL-BA), procura apertar o cerco aos fraudadores. Há dez dias reuniu os secretários de Saúde dos estados para pedir ajuda. Por enquanto, a única resposta prática veio de Minas.

A partir de ontem, ca-

da paciente atendido nos postos de saúde e hospitais do Consórcio Municipal de Saúde do Alto São Francisco, que reúne 15 municípios com cerca de 160 mil habitantes, receberá uma xerox da sua AIH carimbada com os dizeres: "Esta intervenção para fazer tal coisa foi paga com recursos do SUS e custou tanto." O secretário José Rafael Guerra, que foi o inventor dos consórcios de saúde quando era diretor da Faculdade de Ciências Médicas de Minas, acha ser esta a maneira de transformar os doentes em fiscais do Jatene, impedindo que se cobrem cesarianas em homens e fimoses em mulheres. Se der certo, estenderá a medida a todo o estado.

O vice-presidente Marco Maciel, que raramente entra em bola dividida, aproveitou estar no exercício da Presidência para reunir os líderes dos partidos governistas. Declarou refletir as opiniões do presidente Fernando Henrique ao apoiar com entusiasmo a contribuição sobre cheques e avisou que se vai empenhar pessoalmente para aprová-la.

Os opositores parlamentares à contribuição sobre cheques se dividem em dois grupos: os fiscalistas e os marotos. Os fiscalistas são, por princípio, contrários à coleta de impostos com a destinação dos seus recursos previamente carimbados para um determinado setor. Dizem que esta prática, exagerada na Constituição de 1988, é a principal responsável pela falência da União. Alegam, ainda, que a CFS vai onerar as exportações, diminuindo a capacidade de competição dos produtos brasileiros, e que a sua incidência é em cascata, o que é contrário aos sadios princípios fiscais.

Os marotos repetem tudo o que os fiscalistas dizem mas, na verdade, são contrários à CFS pela luz que lança sobre a realidade financeira de todos os brasileiros. Impossível de ser fraudada, revela o que realmente ganham os fraudadores de impostos, os participantes da economia informal, os praticantes de operações ilegais e até mesmo os narcotraficantes. É claro que esse tipo de informação, que pode ser examinada pela Receita Federal, não é popular entre a marotagem.

Tenho a impressão de que existem mais marotos que fiscalistas, tanto no Congresso como na sociedade. Apesar disto, o ministro Jatene acredita na aprovação do seu imposto.